



## REFLEXÕES ACERCA DOS DESAFIOS DO TRABALHO REMONTO NAS SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCAIONAIS DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19

Eveline Borges Vilela Ribeiro<sup>1</sup>

Suélen Keiko Hara Takahama Costa<sup>2</sup>

**RESUMO:** A inclusão de alunos com deficiência tem sido constante no ensino regular e está garantida por diversas leis, permitindo que todas as pessoas tenham acesso ao ambiente escolar. A educação passou por diversas adaptações para amenizar os problemas que a pandemia de Covid-19 causou, conseqüentemente, o ensino remoto foi a opção adotada para que houvesse distanciamento entre as pessoas até que a pandemia começasse a desacelerar. Assim, é importante que esse assunto seja discutido e avaliado, de maneira que o objetivo desse estudo consistiu em realizar uma reflexão acerca dos desafios enfrentados por professores e estudantes das salas de recursos multifuncionais durante o ensino remoto resultado da pandemia de Covid-19. Os resultados demonstraram que os professores buscaram diferentes possibilidades no ensino remoto, tais como adotar métodos diferenciados no planejamento, antecipar modificações na prática pedagógica; utilizar material didático e avaliações adaptadas. No entanto, apesar das adaptações, ainda existem dificuldades inerentes às próprias necessidades educacionais específicas das crianças com deficiência e/ou transtorno.

**PALAVRAS-CHAVE:** *Salas de Recursos Multifuncionais. Educação Especial. Ensino Remoto. Pandemia.*

---

<sup>1</sup> É licenciada em Química (2008), Mestre em Educação em Ciências e Matemática (2011) e Doutora em Química (2015) pela Universidade Federal de Goiás. Atualmente é Professora da Universidade Federal de Jataí. Tem experiência na área de Química, com ênfase em Ensino de Ciências

<sup>2</sup> Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Educação na Universidade Federal de Jataí-GO (PPGE/UFJ), graduação em Pedagogia - Licenciatura Plena. Especialista em Educação Especial Inclusiva pela PUC-MINAS e Especialista em Educação à Distância e as Novas Tecnologias. Coursou Libras na Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (FENEIS). E-mail: suelen.hara@gmail.com

**ABSTRACT:** The inclusion of students with disabilities has been constant in regular education and is guaranteed by several laws, allowing all people to have access to the school environment. Education underwent several adaptations to alleviate the problems that the Covid-19 pandemic caused, consequently, remote teaching was the option adopted so that there was distance between people until the pandemic began to slow down. Thus, it is important that this issue be discussed and evaluated, so the objective of this study was to reflect on the challenges faced by teachers and students in multifunctional resource rooms during remote teaching as a result of the Covid-19 pandemic. The results showed that teachers sought different possibilities in remote teaching, such as adopting different methods in planning, anticipating changes in pedagogical practice; use didactic material and adapted assessments. However, despite the adaptations, there are still difficulties inherent to the specific educational needs of children with disabilities and/or disorders.

**KEYWORDS:** *Multifunctional Resource Rooms. Special education. Remote Teaching. Pandemic.*

## 1. INTRODUÇÃO

A educação regular tem recebido cada vez mais estudantes com deficiência e/ou transtorno e a educação inclusiva, tal como ela acontece no contexto brasileiro, está garantida por diversas leis, como a Lei de Diretrizes e Bases do Ensino Nacional-LDB (BRASIL, 1996) e as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica (BRASIL, 2009), permitindo que os alunos com deficiência e/ou transtorno tenham acesso ao âmbito escolar e vivenciem as práticas pedagógicas convivendo com todos os alunos.

Entretanto, para auxiliar no ensino dos estudantes com deficiência e/ou transtorno, alguns instrumentos e preparação são necessários, entre eles, a existência do Atendimento Educacional Especializado (AEE), garantido através da presença do profissional de apoio em sala de aula quando necessário, assim como a existência das Salas de Recursos

Multifuncionais (SRM), que oferecem um Atendimento Educacional Especializado, com professores especialistas em inclusão educacional, que fazem um planejamento individual respeitando as limitações do aluno e oferecendo atendimento educacional individualizado, visando o bom desenvolvimento do estudante a partir de sua demanda individual.

Pensando sobre as possíveis dificuldades enfrentadas nesse processo, este artigo tem por objetivo refletir acerca dos desafios do trabalho remoto e o processo de ensino nas Salas de Recursos Multifuncionais no decorrer da pandemia de COVID-19.

## **2. BREVE CONCEITUAÇÃO DAS SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS**

O ser humano busca adaptar todas as coisas à sua volta para suprir suas necessidades, refletindo suas escolhas, suas ações e seus aprendizados em toda sua existência. Em todo momento, o ser humano passa por períodos de aprendizado, para evoluir e se preparar para as diferentes adversidades que encontra no dia a dia.

57

Sabe-se que a educação é um fenômeno próprio dos seres humanos. Assim sendo, a compreensão da natureza da educação passa pela compreensão da natureza humana. Ora, o que diferencia os homens dos demais fenômenos, o que o diferencia dos demais seres vivos, o que o diferencia dos outros animais? A resposta a essas questões também já é conhecida. Com efeito, sabe-se que, diferentemente dos outros animais, que se adaptam à realidade natural tendo a sua existência garantida naturalmente, o homem necessita produzir continuamente sua própria existência. Para tanto, em lugar de se adaptar à natureza, ele tem que adaptar a natureza a si, isto é, transformá-la. E isto é feito pelo trabalho. Portanto, o que diferencia o homem dos outros animais é o trabalho. E o trabalho se instaura a partir do momento em que seu agente antecipa mentalmente a finalidade da ação. Consequentemente, o trabalho não é qualquer tipo da atividade, mas uma ação adequada a finalidades. É, pois, uma ação intencional (SAVIANI, 2015, p. 286).

Enquanto criança, o ser humano necessita ser guiado para construir o conhecimento. Para isso, as escolas têm um importante papel, capaz de transformar experiências em saberes. De acordo com o autor, “a escola configura-se numa situação privilegiada, a partir da qual podemos detectar a dimensão pedagógica que subsiste imbricada no interior da prática social global” (SAVIANI, 2015, p. 288).

Porém, cada criança apresenta uma necessidade de aprendizagem específica, sendo que aquelas crianças com deficiência e/ou transtorno necessitam de um ensino diferenciado para que atinjam os objetivos educacionais preestabelecidos, sendo necessário uma intervenção por parte dos educadores, que buscam meios de proporcionar um processo de ensino eficiente.

A educação inclusiva tem ganhado grandes proporções nos últimos anos no contexto brasileiro. e um atendimento específico, caso seja necessário, é fundamental para atender a todas as necessidades do estudante, respeitando suas limitações e seu tempo de aprendizagem. Para isso, é utilizado o Atendimento Educacional Especializado (AEE), uma modalidade de atendimento oferecido ao público-alvo da educação especial (PAEE) (GONÇALVES, 2021), que oferece complementação ou suplementação para a formação destes, com vistas à autonomia e independência (BRASIL, 2008).

De acordo com Gonçalves (2021), a efetivação do AEE ocorre através das Salas de Recursos Multifuncionais (SRM), que são promovidas pela Seesp - Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação (MEC). O programa é destinado às escolas estaduais e municipais de educação, promovendo um ensino de qualidade para todos os estudantes. Dessa forma, o aluno deve frequentar o ensino regular e ser atendido pelo especialista no contraturno nas SRM, pois as mesmas não substituem a educação regular oferecida.

Conforme determina a Resolução n. 4, de 2 de outubro de 2009 (BRASIL, 2009), que institui as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica:

Art. 5º O AEE é realizado, prioritariamente, na sala de recursos multifuncionais da própria escola ou em outra escola de ensino regular, no turno inverso da escolarização, não sendo substitutivo às classes comuns, podendo ser realizado, também, em centro de Atendimento Educacional Especializado da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com a Secretaria de Educação ou órgão equivalente dos Estados, Distrito Federal ou dos Municípios (BRASIL, 2009).

Segundo Ziliotto (2020, p. 198), as salas de recursos multifuncionais caracterizam-se pelo espaço disponibilizado nas escolas de educação básica ou em locais que tenham atendimento educacional especializado, sendo “constituídas de mobiliário, recursos de acessibilidade e equipamentos específicos para o atendimento aos alunos público-alvo da educação especial, em turno contrário à escolarização”. Esse direito está garantido pelo Decreto n. 7.611 de 17 de novembro de 2011, que diz o seguinte: “As salas de recursos multifuncionais são ambientes dotados de equipamentos, mobiliários e materiais didáticos e pedagógicos para a oferta do atendimento educacional especializado” (BRASIL, 2011, s/p).

De acordo com Gonçalves (2021), os atendimentos realizados dentro das salas de recursos podem ser divididos em tipo 1 e tipo 2, diferenciando-os pelo público que atendem, recursos e mobiliários disponíveis, assim como pela especialização do professor. Nas salas do tipo 2 são atendidos alunos com cegueira ou baixa visão e ainda alunos surdos, nesse caso é preciso o professor especialista e um intérprete em Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e a escola recebe equipamentos e materiais necessários para auxiliar a aprendizagem desse público.

Os materiais utilizados nos atendimentos são disponibilizados pelo município ou estado, dependendo se a escola é municipal ou estadual. O intuito dessa oferta é que todos os estudantes tenham acesso ao currículo. Para o tipo 2, os materiais são específicos como lupa, alfabeto Braille, punção, reglete de mesa, calculadora sonora, soroban, entre outros (BARIL, 2020)

Além desses materiais, ela também tem disponível os materiais que compõem as salas tipo 1 que são: microcomputadores, leitor de DVD, estabilizadores, lupa eletrônica, teclado com colmeia, dominó, material dourado, memória de numerais, tapete quebra-cabeça e ainda mesas, cadeiras, armários, quadro branco e etc. Esses materiais atendem aos estudantes com deficiência de modo geral, como deficiência intelectual, transtorno global do desenvolvimento, altas habilidades e superdotação. (BARIL, 2020; GONÇALVES, 2021).

Conforme as particularidades de cada aluno que frequenta as salas de recursos, serão feitas as adaptações específicas, respeitando as limitações e individualidades. Desse modo, o atendimento nas SRM é de extrema importância para o aluno com deficiência e/ou transtorno, já que o professor especializado está preparado para atendê-lo e pode fazer de uma forma mais individual e próxima ao estudante. Na sala de aula regular, devido ao número de alunos, nem sempre a professora regente consegue dar essa atenção individual necessária, desse modo podemos confirmar a relevância das SRM:

De maneira bastante resumida, o foco tanto de uma modalidade quanto de outra é realizar um serviço de apoio especializado de natureza pedagógica, com o objetivo de complementar o atendimento educacional realizado nas classes comuns, voltado para o atendimento de alunos regularmente matriculados na escola em que a sala de recursos está inserida ou, ainda, aberto aos demais estudantes da região onde não há essa modalidade de atendimento, ou seja, a depender de suas necessidades específicas, o estudante será encaminhado para uma ou para outra modalidade (GONÇALVES, 2021, p. 58).

60

Na mesma perspectiva, Diaz (2020, p. 77) considera que o AEE é “voltado para a melhoria no atendimento das especificidades dos alunos que necessitam de um olhar diferenciado, eliminando barreiras e proporcionando o maior contato e experiência com o ambiente externo”.

Ziliotto (2020) alega ainda que cabe ao professor estabelecer objetivos e adaptações que favoreçam a aprendizagem dos discentes, definindo se o atendimento será feito em grupo ou individualizado. Cabe ao profissional realizar a interlocução entre a família e os

professores do ensino comum, essa mediação deve ser feita com a intenção de incluir todos os envolvidos no processo de aprendizagem do estudante.

Para o aluno ingressar nas SRM, é preciso passar por uma avaliação em que uma equipe pedagógica, após o ingresso do aluno e com um pouco de conhecimento referente às limitações e necessidades que ele possui, traça metas, que são planejadas e reavaliadas sempre que necessário. Do mesmo modo, são realizadas ações para a aprendizagem e é avaliado, também, o quanto o aluno ainda depende de cada intervenção e quais foram seus avanços, com base nas metas estipuladas (BARIL, 2020).

O atendimento do aluno não é só apenas do professor que trabalha nas Salas de Recursos Multifuncionais, a responsabilidade do ensino e aprendizagem, cabe também ao professor regente da sala de aula, pois os dois profissionais desempenham um trabalho em conjunto, visando um ensino de qualidade para o educando. Deve haver diálogo e interação entre ambos, pois o essencial é cumprir com a proposta educacional da educação inclusiva e buscar meios para que essa seja efetivada de fato na vida do aluno.

### **3. SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS EM TEMPOS DE PANDEMIA DA COVID-19**

Conforme Oliveira et al (2020), a Covid-19, doença causada pelo coronavírus denominado SARS-CoV-2, foi identificada pela primeira vez na China, em dezembro de 2019. Em 30 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou que a epidemia da COVID-19 constituía uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII), e, em 11 de março de 2020, uma pandemia (Oliveira, 2020).

Para evitar o contágio da doença entre as pessoas, o isolamento social foi necessário, tendo que adaptar diversos setores, inclusive o da educação, em que o uso do ensino remoto tem sido constante e necessário para manter a educação e não permitir que o ensino pare e os alunos venham sofrer ainda mais com os impactos causados pela pandemia. Porém, a educação inclusiva e o ensino nas Salas de Recursos Multifuncionais

enfrentam muitas dificuldades, já que a presença do professor é de extrema importância para o desenvolvimento desses alunos.

No setor educacional isso não foi diferente, as escolas tiveram que encerrar suas atividades presenciais e se adaptar ao ensino remoto. Entretanto, há muitas dificuldades e desafios no trabalho remoto para alunos e professores enfrentarem no dia a dia dessa nova modalidade de ensino.

Para a reorganização do calendário escolar foi necessário a criação do parecer 5/2020 do Conselho Nacional de Educação (CNE) que tem o intuito de esclarecer a todos a necessidade dessa reorganização e o uso das atividades não presenciais, que foi realizada com a intenção de prevenir à propagação do vírus que assola o mundo todo, onde já constatado a importância do isolamento social (BRASIL, 2020).

Em decorrência deste cenário, os Conselhos Estaduais de Educação de diversos estados e vários Conselhos Municipais de Educação emitiram resoluções e/ou pareceres orientativos para as instituições de ensino pertencentes aos seus respectivos sistemas sobre a reorganização do calendário escolar e uso de atividades não presenciais (BRASIL, 2020, p. 01).

Dessa forma, cada Estado e Município criaram suas orientações referentes ao ensino, porém o ensino remoto ocorreu de forma geral, atingindo a todos os estudantes do país, em todos os níveis de ensino. O parecer também destaca que as atividades devem ser aplicadas a todos os alunos, e a todas as etapas, níveis e modalidades, inclusive aos alunos da educação especial, essas atividades podem ser ou não através de meios tecnológicos, seja digital ou de comunicação, porém garantindo o uso de medidas necessárias para que a acessibilidade seja igual para todos “enquanto perdurar a impossibilidade de atividades escolares presenciais na unidade educacional da educação básica e superior onde estejam matriculados” (BRASIL, 2020, p. 14).

No entanto, para Sudo (2020, p. 2), esse parecer não é bem específico em relação à educação especial e ao conceito de ensino remoto “apenas reforça a necessidade de



garantia de garantir o AEE e as ações mais específicas para acessibilidade sociolinguística (Libras), na comunicação, informação e interação com o aluno com deficiência”.

Para a autora, a acessibilidade não está baseada apenas em saber usar as tecnologias que estão sendo usadas para o ensino remoto ou as ferramentas escolhidas pela equipe pedagógica, vai além, é preciso que os professores tenham atitudes inclusivas, realizadas em todo o processo de ensino, desde o planejamento, até a interação com os discentes, na verdade essa atitude é válida para o ensino remoto, assim como no ensino presencial (SUDO, 2020).

O CNE garante que o AEE deve acontecer nesse período de pandemia, ocorrendo um trabalho em conjunto com o professor da sala de aula regular e o professor especializado, assim como com o auxílio da família para organizar o momento de aprendizagem a partir das atividades pedagógicas (BRASIL, 2020).

Os professores do AEE atuarão com os professores regentes em rede, articulados com a equipe escolar, desempenhando suas funções na adequação de materiais, provimento de orientações específicas às famílias e apoios necessários. Eles também deverão dar suporte às escolas na elaboração de planos de estudo individualizados, segundo a singularidade dos alunos, a serem disponibilizados e articulados com as famílias (BRASIL, 2020, p. 15).

Bezerra et al. (2020, p. 4) acreditam que, diante da pandemia, a interação dos pais com os filhos e, conseqüentemente, com a escola passou a ser melhor e mais frequente, pois há uma parceria entre esses envolvidos para a realização das atividades. Já os docentes “utilizam uma sequência didática de diferentes gêneros, poema, poesia, receitas, dentre outras, contribuindo com o processo de ensino e aprendizagem dos discentes”.

Para a realização das atividades remotas, o professor precisa do auxílio dos familiares dos alunos com deficiência e/ou transtorno, sendo que os responsáveis pelos estudantes é que devem orientar e acompanhar o desenvolvimento dos seus filhos.

Apesar da educação estar inteiramente ligada com a imagem da escola, conforme Saviani (1994, p.153) alega que “quando pensamos em educação, automaticamente

pensamos em escola”, a situação atual fez com que novos conceitos surgissem e a parceria entre família e escola nunca se fez tão necessária quanto agora. Na verdade, essa parceria sempre foi essencial para o bom desenvolvimento da criança, porém nunca se houve tanta necessidade como está ocorrendo nos últimos tempos, os pais estão intermediando praticamente todo o contato do professor com o aluno, assim como auxiliando na aprendizagem da criança (BEZERRA, et al. 2020).

Esse momento requer adaptações e é preciso recorrer às tecnologias muito utilizadas nos dias atuais. Para Brasil (2005), a sociedade já se caracterizava como consumista, devido ao desencadeado acesso aos meios de comunicação. Hoje esse acesso se tornou necessário e fundamental para darmos continuidade no ensino.

Os processos educativos atuando sobre sujeitos sociais levam-nos a assimilar atitudes, saberes, condutas, maneira de ser, de agir, todos culturalmente determinados, concretizando-se tipos diferenciados de atos educativos, e a comunicação moderna contém estratégias de convencimento em todo percurso histórico do capitalismo, razão pela qual os meios de comunicação são descritos e aceitos como mecanismos de ajustes visando poder e dominação (BRASIL, 2005, p. 10)

Ainda para Brasil (2005, p.21), o sistema de ensino que vem sendo construído ao longo dos anos representa uma forma velada de impor o consumo de determinados produtos, fazendo com quem o indivíduo acredite na necessidade de obter o estilo de vida determinado por esse sistema. Diante desse contexto, analisamos a situação atual que estamos vivendo e podemos alegar que o trabalho remoto impõe aos alunos e a seus familiares essa necessidade de adquirir produtos utilizados para o acesso as aulas online, fator extremamente negativo, já que nem todos os alunos possuem as condições necessárias para o bom desempenho no ensino remoto.

#### **4. MÉTODOS E TÉCNICAS DE ENSINO UTILIZADOS NA SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS DURANTE A PANDEMIA**

É fato que a rotina de todos os envolvidos no âmbito educacional alterou totalmente, sendo necessário incluir adaptações para alcançar o público alvo da educação especial. O professor teve que rapidamente se adaptar à nova realidade para suprir as necessidades educacionais desses alunos e ofertar o ensino de qualidade que a lei garante. Muitos profissionais fizeram uso da tecnologia, através de vídeos aulas, atividades remotas, uso de aplicativos (BEZERRA, et al, 2020).

Scalabrin e Mussato (2020) destacam que a tecnologia já vem sendo usada no âmbito escolar há algum tempo, então, não é algo novo, porém as metodologias usadas para o processo de aprendizagem e também para o fortalecimento dele são renovados a todo momento. “No entanto, o envolvimento das instituições de ensino, de professores e demais profissionais da educação no processo de implementação das tecnologias digitais é considerado um desafio” (2020, p.5).

Nesse momento pandêmico, muitos profissionais não tiveram a oportunidade de se preparar, sendo necessário se adaptarem de repente e da melhor forma possível para não prejudicar o aprendizado dos estudantes. Apesar de a educação à distância (EaD) já ser realidade no ensino superior por muitos anos, o ensino nessa modalidade ocorre sem a interação do professor com o aluno, sendo necessário a presença de um tutor acadêmico para intermediar o ensino, assim como com avaliações iguais em todo o processo, desse modo o EaD nem sempre pode funcionar na educação básica, já que a realidade das escolas é diferente (SARAIVA; TRAVERSINI; LOCKMANN, 2020).

Porém, vale destacar que a EAD não é igual ao ensino remoto, esse último foi criado para auxiliar no ensino que teve caráter emergencial, é temporário e a EAD já possui mais facilidade, pois é uma modalidade de ensino que já tem metodologias de ensino específicas.

Porém, diferentemente dos alunos regulares, o nível de autonomia dos alunos da SRM varia muito e existe dependência de um adulto para a realização de várias atividades,

o que dificulta o ensino remoto, uma vez que os estudantes estão sendo privados desse apoio presencial dos professores. Muitos professores utilizam o Google Classroom e o WhatsApp para manter contato com a família e o estudante e para transmitir as aulas online. Esse contato com os recursos digitais não era de uso diário de muitos envolvidos, sendo necessário eles aprenderem a utilizar a ferramenta conforme iam usando no dia a dia (SCALABRIN; MUSSATO, 2020).

Nunes (2020) considera que alguns alunos possuem um vínculo de afetividade com seus professores, devido à rotina do cotidiano, fazendo com que essa relação beneficie o aprendizado do aluno, criando uma relação sólida a partir do afeto oferecido a eles. No entanto, com o novo formato de ensino, a autora alega que as aulas são transmitidas vídeo ou de forma online de maneira síncrona, os alunos precisam interagir pela câmera com seus professores e colegas.

Ainda temos os casos de estudantes que não possuem acesso à internet ou não têm um computador em casa, dificultando o acesso desses ao ensino. Dessa forma, esses alunos são atendidos com atividades retiradas e entregues por algum familiar diretamente na escola, ou ainda são enviadas via WhatsApp ou e-mail (NUNES, 2020).

Nunes (2020) ainda reforça que para muitos alunos da educação especial, as adaptações em relação às novidades são mais difíceis, para isso é necessário o auxílio dos pais, que acabam fazendo o papel do professor, pois precisam readaptar e mediar a aula conforme as necessidades do seu filho, já que pelo ensino remoto não tem essa possibilidade de adaptação as necessidades de cada um. Os familiares, além de fazer essa mediação, estão constantemente preocupados com algo que funcione para acalmar os alunos diante do cenário, “buscando suporte em outros e novos medicamentos, tentando manter alguns atendimentos pois até mesmo no Sistema Único de Saúde (SUS) houve suspensão de atendimentos como fonoaudiologia, psicologia e outros” (NUNES, 2020, p. 28).

Mesmo que o aluno não consiga se adaptar ao ensino remoto, é fundamental que os pais continuem falando e tendo contato com a escola. A escola precisa auxiliar os alunos,

principalmente aqueles que possuem alguma dificuldade de ordem, física e intelectual, assim como aqueles são menos favorecidos financeiramente (NUNES, 2020).

O contato dos pais com a escola pode ser feito a partir de reuniões solicitadas antecipadamente para que os pais possam ainda se programar para participar, essas reuniões podem ser feitas via WhatsApp ou através dos demais aplicativos usados para a transmissão das aulas.

“Por outro lado, a escola, mesmo que a criança não consiga acompanhar as atividades online, deve fornecer material e atividades compatíveis com a sua necessidade” (NUNES, 2020, p. 31). A autora ainda considera que o professor precisa conhecer seus alunos, suas limitações e possibilidades para, de fato, oferecer algo que seja bom para eles e que atenda suas especificidades.

Para exemplificar na prática como ocorre esse processo de ensino aprendizagem das salas de recursos multifuncionais, podemos apresentar o município de Goiânia, o qual segundo a Prefeitura Municipal e a Secretaria Municipal de Educação (2021), atendem cerca de 320 estudantes da educação especial, divididos entre 35 SMR e que estão matriculados na rede municipal de ensino. Esses atendimentos ocorrem no contraturno da escola e as atividades online são personalizadas conforme as necessidades do aluno.

Além das atividades, os alunos e seus familiares recebem suporte para conseguirem desenvolver a realização das atividades. No município em questão, o professor especializado, juntamente com o professor do ensino regular, planeja as atividades e, caso haja a necessidade, recebem a orientação da equipe pedagógica para a elaboração de recursos que favoreçam o contato com o aluno e principalmente sua aprendizagem (GOIÂNIA, 2020).

A Secretaria Municipal de Educação da cidade explica que o professor do AEE deve enviar para a família do estudante com deficiência e/ou transtorno, por meio digitais, todas as informações referentes aos recursos que serão utilizados no processo de ensino aprendizagem, assim como providenciar toda a acessibilidade que for necessária para a realização das atividades (GOIÂNIA, 2020).

O fato é que, apesar de estarmos vivendo em meio a uma pandemia, a era tecnológica permitiu ter esse contato com o aluno e seus familiares. Porém, por não ser um contato físico direto, são necessárias as adaptações para o bom desenvolvimento do discente, como uso de aplicativos, aulas online e plataformas de interação.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Neste momento tão peculiar vivenciado por toda a comunidade escolar, em virtude do afastamento social necessário para contenção da Covid-19, pretendeu-se com essa pesquisa mostrar os desafios do trabalho remoto nas salas de recursos multifuncionais durante a pandemia e, ressaltar a importância da articulação do trabalho conjunto entre o professor regente e o professor da Sala de Recursos na preparação de atividades diferenciadas, com vistas a efetivação do aprendizado dentro das singularidades e particularidades de cada aluno.

Para que o processo de educação atenda às demandas dos vários tipos de deficiências dos alunos que utilizam as Salas de Recursos Multifuncionais, é preciso pensar na importância do profissional uma vez que, todas as pessoas com limitações incluídas neste campo de atuação devem ter seu tempo adaptado aos diferentes ritmos de aprendizagem.

Aqui cabe mensurar que, em tempos de isolamento social, a parceria entre família e escola nunca se fez tão necessária quanto agora, pois esta última, será a grande direcionadora das ações profissionais amparando a autonomia da equipe escolar, aliada aos diversos atores que compõe o cenário contemporâneo em que vivemos, para que, assim dele participe também como educador.

A partir da reflexão sobre este trabalho foi possível obter uma avaliação crítica sobre condutas através de leituras investigativas acerca dos conteúdos e conhecimentos específicos no processo ensino aprendizagem.

Verificou-se que ainda há muito a melhorar na esfera entre a educação inclusiva e a educação regular, mas que a parceria entre os professores envolvidos, permita que

ambos reflatam na importância de sua contribuição, para oferecerem um ensino de melhor qualidade para esses alunos, uma vez que, pelo ensino remoto, não se encontra algumas possibilidades de adaptação as necessidades de cada um.

Estes profissionais envolvidos, devem oportunizar e fornecer atividades compatíveis com a necessidade de cada um e enviar para a família do estudante com deficiência e/ou transtorno, por meios tecnológicos todas as informações referentes aos recursos que serão utilizados neste processo bem como, providenciar toda a acessibilidade necessária para a realização delas.

Como resultado, considera-se que ainda há muito que avançar em todos os campos que abrangem a inclusão, mas aqui ressalta a inclusão escolar em que a parceria entre a escola, comunidade e a família permitam uma reflexão da importância de sua contribuição para oferecerem condições, acessos e um ensino de melhor qualidade para esses alunos.

Partindo deste princípio, pode-se concluir tomando como base os estudos elencados neste trabalho, foi possível estabelecer também que a tríade, de amparo ao aluno cujas atividades serão elaboradas e pensadas a partir da proposta da inclusão, serão elementos facilitadores do aprendizado nestes tempos de isolamento social.

Podemos constatar que apesar de ser um assunto novo que precisa de muitos estudos para avaliar os impactos que a pandemia irá deixar em todos, é uma realidade de toda a sociedade, por isso é necessário buscar meios para amenizar as consequências que será deixada por ela.

## REFERÊNCIAS

BARIL, Nathalie. **Atendimento educacional especializado nos diferentes níveis e modalidade de ensino**. Curitiba: Contentus, 2020.

BRASIL, Maggie Nunes. A pedagogia contida na forma de produzir capitalista. In: MASCARENHAS, Angela Cristina Belém (Org.). **Educação e trabalho na sociedade capitalista: reprodução e contraposição**. Goiânia: Editora UCG, 2005, p. 9-48.

BRASIL, Ministério da Educação/Conselho Nacional de Educação/Secretaria Executiva. **Parecer CNE/CP Nº 5/2020** publicado no D.O.U. de 1º/6/2020, Seção 1, Pág. 32. Disponível em:

<https://www.semesp.org.br/wpcontent/uploads/2020/05/SU%CC%81MULA-DO-PARECER-CNECPN%C2%BA-52020.pdf> Acesso em 13 jan 2022.

BRASIL, Ministério da Educação. **Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica**. Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf> Acesso em 13 jan. 2022.

BRASIL, Ministério da Educação. **Diretrizes Operacionais para atendimento educacional especializado na educação básica, modalidade educação especial**. Brasília: Resolução n. 4 de 2 de outubro de 2009. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004\\_09.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf) Acesso em 13 jan 2022.

BRASIL. Portaria Normativa nº 13, de 24 de abril de 2007. **Dispõe sobre a criação do “Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais”**. Brasília, DF: Ministério da Educação, [2007b]. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=9935-portaria-13-24-abril-2007&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=9935-portaria-13-24-abril-2007&Itemid=30192). Acesso em: 23 fev. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Educação especial, atendimento educacional especializado**. Brasília: Decreto n. 7.611 de 17 de novembro de 2011. Disponível em: [https://download.inep.gov.br/educacao\\_basica/censo\\_escolar/legislacao/2012/decreto\\_n\\_7611\\_17112011.pdf](https://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/legislacao/2012/decreto_n_7611_17112011.pdf) Acesso em 13 jan. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: LDB 9.394, 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm) Acesso em 18 jan. 2022.

DIAZ, Joice Martins. **Educação especial e inclusiva na perspectiva histórico-social brasileira**. Curitiba: Contentus, 2020. Acesso em 18 jan. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial (SEESP). **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008. Acesso em 18 fev. 2022.

DIAZ, Joice Martins. **Educação especial e inclusiva na perspectiva histórico-social brasileira**. Curitiba: Contentus, 2020. Acesso em 13 mar. 2022.

GOIÂNIA, Prefeitura Municipal de. **Orientações aos profissionais de educação em relação aos educandos com necessidades educacionais especiais para o período de pandemia- 2º semestre de 2020**. Secretaria Municipal de Educação, 2020. Disponível em: <https://www.sme.goiania.go.gov.br/site/index.php/documentos-oficiais/category/25-inclusao?download=133:orientacoes-aos-profissionais-de-educacao-em-relacao-aos-nee-no-periodo-de-pandemia-segundo-semester-2020-pdf> Acesso em 15 fev. 2022.

GONÇALVES, Patricia. **Atendimento educacional especializado**. Curitiba: InterSaberes, 2021.

NUNES, Julia Machado. **Ensino remoto emergencial e transtorno do espectro autista: uma análise sobre as lives realizadas durante a pandemia de Covid-19**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2020. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/220627> Acesso em 13 fev. 2022.



OLIVEIRA, Wanderson Kleber de et al. Como o Brasil pode deter a COVID-19. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**: v. 29, n. 2, p. 20-28, maio 2020.

SARAIVA, Karla. TRAVERSINI, Clarice. LOCKMANN, Kamila. **A educação em tempos de COVID-19: ensino remoto e exaustão docente**. Ponta Grossa: v.15, 2020, p. 1-24. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/218250/001121943.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em 13 fev 2022.

SAVIANI, Demerval. **O trabalho como princípio educativo frente as novas tecnologias**. Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar. Petrópolis: Vozes, p. 147-164, 1994.

SAVIANI, Dermeval. SOBRE A NATUREZA E ESPECIFICIDADE DA EDUCAÇÃO. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 7, n. 1, p. 286-293, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/13575>. Acesso em: 22 fev. 2022

SCALABRIN, Ana Maria Mota Oliveira. MUSSATO, Solange. **Estratégias e desafios da atuação docente de uma professora no contexto da pandemia da Covid-19**. Revista de Educação Matemática, v. 17, 2020. Disponível em: <http://revistasbemsp.com.br/index.php/REMat-SP/article/view/432> Acesso em 13 fev. 2022.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO Município de Goiânia. **Salas de recursos multifuncionais realizam atendimento personalizados durante a pandemia**. Prefeitura Municipal de Goiânia, 2021. Disponível em: <https://www.sme.goiania.go.gov.br/site/index.php/institucional/ultimas-noticias/1392-salas-de-recursos-multifuncionais-realizam-atendimento-personalizado-durante-a-pandemia> Acesso em 13 fev. 2022.

SUDO, Camila. **Acessibilidade no ensino remoto**. Londrina: NAC-Núcleo de Acessibilidade, 2020. Disponível em: [http://www.uel.br/nac/pages/arquivos/DOCS/formacao\\_docente/FORMA%C3%87%C3%83O%20DOCENTE%20UEL%20Camila.pdf](http://www.uel.br/nac/pages/arquivos/DOCS/formacao_docente/FORMA%C3%87%C3%83O%20DOCENTE%20UEL%20Camila.pdf) Acesso em 25 jan. 2022.

ZILLOTTO, Gisele Sotta. **Educação especial: fundamentos históricos e filosóficos**. Curitiba: InterSaberes, 2020.